

A dívida externa em duas visões diferentes

Os enfoques dados pelo presidente Figueiredo e pelo secretário de Estado George Shultz ao problema da dívida externa, em seus pronunciamentos durante a assembléia da OEA em Brasília, revelam, em última análise, que os governos brasileiro e norte-americano estão longe de um acordo sobre a maneira de enfrentá-lo.

Isso é lamentável, pois cremos que já era tempo de estar sendo delineada pelo menos uma plataforma de entendimento em torno desse assunto pelos governos deste hemisfério. Nosso ponto de vista, já diversas vezes exposto aqui, é que o problema da dívida externa pode e precisa ser tratado em duas instâncias: a instância técnico-financeira, em que vem sendo tratado, e que tem conseguido evitar seu agravamento; e a instância político-diplomática, na qual realmente ele irá encontrar uma solução definitiva.

Os discursos que mencionamos mostram que, enquanto o presidente Figueiredo, provavelmente repetindo uma posição que é da maioria dos governos latino-americanos, defende uma solução no nível de governos, o secretário norte-americano, sem dúvida reafirmando a posição do seu país, só admite a solução no nível de mercado, por mecanismos, digamos, convencionais. Não há, nos dois discursos, nada que autorize esperanças de um trabalho construtivo nas duas esferas.

O presidente Figueiredo diz que considera "insustentável a exacerbação do custo da dívida externa dos países em desenvolvimento", e acrescenta como admoestação que "até agora não foram adotadas, no plano internacional, soluções adequadas de longo prazo para um problema que põe em risco as mais lícitas aspirações dos nossos povos". Assim, "em que pesem nossos esforços, não temos recebido, dos países credores, propostas capazes de absorver a complexidade desses problemas..."

Como se vê, o governo brasileiro parece esperar que haja iniciativas no plano internacional e pensa que as propostas de soluções teriam de partir dos países credores — não sabemos, aliás, exatamente por quê.

Do lado do secretário Shultz — que parte da premissa de que não há países credores, mas bancos credores —, depois de ressaltar que o problema está a caminho de uma solução, pelas vias convencionais (o que não é de todo verdade), pondera no entanto que elas não são suficientes, e acrescenta que, "além da importância vital de apropriadas políticas internas nos países devedores, a restauração do crescimento sólido e sustentável do Hemisfério exigirá continuada infusão de capital..."

Então, em nossa opinião, essa infusão de capital não existirá, ou jamais será significativa, enquanto persistir a ameaça de uma deterioração do problema da dívida externa, ou seja, enquanto este não encontrar um equacionamento e uma solução — plurinacionais — que o mercado considere seguras e confiáveis. As dimensões da infusão de capitais de risco para que constituíssem solução são de tal ordem que não é realista esperar um equacionamento do problema por esse mecanismo. Lembremos que a infusão de capitais de risco na América Latina jamais foi significativa, mesmo quando a economia do Continente marchava de vento em popa num ambiente mais estável que o atual.

Assim, não é razoável que o governo dos EUA considere apenas esse caminho como válido. Mesmo porque os problemas sociais do Continente, exatamente por causa do pesado ônus derivado da dívida, tendem a se agravar em ritmo mais rápido do que se expandiria a descompressão eventualmente derivada da infusão de capitais de risco — que nem sequer começou. Portanto, o apelo do presidente Figueiredo, e de outros governos latino-americanos, agora repetido, mas já ouvido nas conferências de Cartagena e de Mar del Plata, tem fundados e justíssimos motivos; repousa no conhecimento que todos nós que aqui vivemos temos deste continente, do precário equilíbrio social que nele existe, e do momento decisivo que os destinos da livre empresa e da democracia enfrentam nesta parte do mundo.

Não é preciso dizer ao governo americano, ou lembrar a qualquer pessoa inteligente, que uma explosão causada pela bomba da dívida acabará com a livre empresa na parte do mundo onde ela tem instantaneamente melhores e maiores condições para se consolidar, e por isso será estrategicamente desastrosa para todo o mundo livre. E é por isso que o governo dos Estados Unidos, ainda que não seja parte diretamente envolvida na questão, pois não é credor, deveria ter todo o interesse em contribuir para a melhor solução possível.

Sabemos, todavia, que não é fácil para um país como os EUA, que desfrutou de hegemonia econômica em grau relativamente olímpico durante longo período, compenetrar-se e convencer-se de sua própria interdependência estratégica nesta questão. E, por outro lado, temos de convir também que não é fácil para o governo americano vir ao socorro de governos sabidamente estatizantes, autocráticos e demagógicos. Não haveria certeza nem segurança de que o alívio financeiro para tais governos, eventualmente providenciado por Washington, se traduzisse de fato em alívio para o povo. Assim como não se poderia assegurar prontamente que esse alívio a governos os tornasse devotos da livre empresa, da economia de mercado, da democracia.

Na verdade, portanto, Washington também enfrenta um problema: o de como garantir ao contribuinte americano que os dólares que este tiver de sacrificar num programa tipo "plano Marshall", por exemplo, seriam de fato aplicados no fortalecimento do sistema econômico e do estilo de vida que os liberais e democratas desejam, e não em novos empreendimentos estatais faraônicos, ou no fortalecimento da demagogia interna, anticapitalista e "antiimperialista".

Há uma parcela de culpa nossa também, como sociedade, ao não conseguirmos impor aos nossos governantes um compromisso indestrutível com as liberdades econômica e política; o que impede que sejamos avaliados lá fora — por contribuintes e investidores — como parceiros determinados a usar a ajuda na boa direção, conforme eles avaliavam, no final da guerra, as sociedades européias, por exemplo.

Em consequência, a solução conjunta e definitiva do problema da dívida e a retomada do crescimento em termos sólidos requerem uma mudança de atitude e de mentalidade acima e abaixo do equador: da sociedade norte-americana,

na, descendo da sua postura "imperial" e aceitando humildemente que precisa do desenvolvimento dos seus parceiros mais pobres; e das sociedades latino-americanas, aderindo ao ideário liberal, à democracia institucionalizada e estável, e renegando as exóticas vias estatizantes ou comunicantes para o desenvolvimento econômico.